

POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS (RGPD)

INSTITUTO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS SOCIAIS – BUREAU SOCIAL

1. INTRODUÇÃO

O **Instituto Português de Negócios Sociais – Bureau Social** (doravante "Instituto" ou "Bureau Social") está empenhado em proteger a privacidade e os dados pessoais de todos os seus associados, colaboradores, voluntários, beneficiários, parceiros e demais pessoas com quem se relaciona.

Esta Política de Proteção de Dados foi elaborada em conformidade com o **Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016** (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, doravante "RGPD") e com a **Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto** (Lei de Proteção de Dados Pessoais em Portugal).

O objetivo desta política é informar de forma clara e transparente sobre como o Instituto recolhe, utiliza, armazena, partilha e protege os dados pessoais, bem como sobre os direitos dos titulares dos dados.

2. DEFINIÇÕES

Para efeitos desta política, aplicam-se as seguintes definições:

- Dados Pessoais:** Qualquer informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável (titular dos dados).

- **Tratamento:** Qualquer operação ou conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais, por meios automatizados ou não, tais como recolha, registo, organização, estruturação, conservação, adaptação ou alteração, recuperação, consulta, utilização, divulgação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de disponibilização, comparação ou interconexão, limitação, apagamento ou destruição.
 - **Responsável pelo Tratamento:** O Instituto Português de Negócios Sociais – Bureau Social, que determina as finalidades e os meios de tratamento dos dados pessoais.
 - **Titular dos Dados:** A pessoa singular a quem os dados pessoais dizem respeito.
 - **RGPD:** Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (UE) 2016/679.
-

3. RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO DE DADOS

Identificação do Responsável:

- **Denominação:** Instituto Português de Negócios Sociais – Bureau Social
- **Morada:** Rua do Salvador, 20, 1.º A, 1100-383 Lisboa, Portugal
- **Email:** info@bureausocial.pt
- **Telefone:** +351 [Número Fictício]

Encarregado da Proteção de Dados (DPO):

O Instituto nomeará um Encarregado da Proteção de Dados (Data Protection Officer) caso tal seja exigido por lei ou se considere necessário para garantir a conformidade com o RGPD. Até à nomeação, as questões relacionadas com a proteção de dados devem ser dirigidas à Direção através do email **privacidade@bureausocial.pt**.

4. PRINCÍPIOS DO TRATAMENTO DE DADOS

O Instituto compromete-se a tratar os dados pessoais de acordo com os seguintes princípios:

4.1. Licitude, Lealdade e Transparência

Os dados pessoais são tratados de forma lícita, leal e transparente em relação ao titular dos dados.

4.2. Limitação das Finalidades

Os dados pessoais são recolhidos para finalidades determinadas, explícitas e legítimas, e não são tratados posteriormente de forma incompatível com essas finalidades.

4.3. Minimização dos Dados

Os dados pessoais recolhidos são adequados, pertinentes e limitados ao que é necessário relativamente às finalidades para as quais são tratados.

4.4. Exatidão

Os dados pessoais são exatos e, quando necessário, atualizados. O Instituto toma todas as medidas adequadas para que os dados inexatos sejam apagados ou retificados sem demora.

4.5. Limitação da Conservação

Os dados pessoais são conservados apenas durante o período necessário para as finalidades para as quais são tratados.

4.6. Integridade e Confidencialidade

Os dados pessoais são tratados de forma a garantir a sua segurança, incluindo a proteção contra o seu tratamento não autorizado ou ilícito e contra a sua perda, destruição ou danificação accidental.

4.7. Responsabilidade

O Instituto é responsável pelo cumprimento destes princípios e tem capacidade de comprová-lo (princípio da responsabilidade).

5. CATEGORIAS DE DADOS PESSOAIS TRATADOS

O Instituto pode recolher e tratar as seguintes categorias de dados pessoais:

5.1. Associados

- Dados de identificação (nome completo, data de nascimento, nacionalidade, número de identificação civil, NIF)
- Dados de contacto (morada, telefone, email)
- Dados profissionais (profissão, entidade empregadora, competências)
- Dados financeiros (histórico de pagamento de quotas, dados bancários para débito direto)
- Dados de participação (presença em assembleias, eventos, grupos de trabalho)

5.2. Colaboradores e Voluntários

- Dados de identificação e contacto
- Dados profissionais e académicos (CV, certificados)
- Dados de segurança social e fiscais (quando aplicável)
- Dados de saúde (apenas quando necessário para seguros ou gestão de voluntariado, com consentimento expresso)

5.3. Beneficiários de Projetos

- Dados de identificação e contacto
- Dados socioeconómicos (quando necessário para avaliação de elegibilidade)
- Dados sensíveis (apenas quando estritamente necessário e com consentimento expresso ou base legal adequada)

5.4. Parceiros e Fornecedores

- Dados de identificação e contacto dos representantes legais
- Dados contratuais e financeiros

5.5. Visitantes do Website

- Dados de navegação (endereço IP, cookies, páginas visitadas)
- Dados fornecidos voluntariamente através de formulários de contacto

6. FINALIDADES E BASES LEGAIS DO TRATAMENTO

O Instituto trata dados pessoais para as seguintes finalidades, com base nas seguintes bases legais:

Finalidade	Base Legal (RGPD)
Gestão da relação com associados (admissão, comunicação, convocatórias)	Execução de contrato (Artigo 6.º, n.º 1, alínea b)
Cobrança de quotas e gestão financeira	Execução de contrato (Artigo 6.º, n.º 1, alínea b)
Cumprimento de obrigações legais (contabilidade, fiscalidade, segurança social)	Obrigação legal (Artigo 6.º, n.º 1, alínea c)
Gestão de voluntários e colaboradores	Execução de contrato ou medidas pré-contratuais (Artigo 6.º, n.º 1, alínea b)
Execução de projetos e apoio a beneficiários	Interesse legítimo do Instituto (Artigo 6.º, n.º 1, alínea f) ou consentimento (Artigo 6.º, n.º 1, alínea a)
Envio de newsletters e comunicações institucionais	Consentimento (Artigo 6.º, n.º 1, alínea a) ou interesse legítimo (Artigo 6.º, n.º 1, alínea f)
Gestão de parcerias e contratos com fornecedores	Execução de contrato (Artigo 6.º, n.º 1, alínea b)
Análise de navegação no website (cookies)	Consentimento (Artigo 6.º, n.º 1, alínea a)

Tratamento de Dados Sensíveis:

O Instituto apenas trata dados pessoais sensíveis (dados de saúde, origem racial ou étnica, opiniões políticas, convicções religiosas, etc.) quando tal for estritamente

necessário para a execução de projetos específicos e com base em consentimento explícito do titular ou em outra base legal adequada prevista no Artigo 9.º do RGPD.

7. PARTILHA DE DADOS COM TERCEIROS

O Instituto não vende, aluga ou cede dados pessoais a terceiros para fins comerciais.

Os dados pessoais podem ser partilhados com terceiros apenas nas seguintes circunstâncias:

- **Prestadores de Serviços:** O Instituto pode recorrer a prestadores de serviços externos (contabilidade, serviços informáticos, plataformas de email marketing) que atuam como subcontratantes. Estes estão contratualmente obrigados a tratar os dados apenas de acordo com as instruções do Instituto e a garantir a sua segurança.
 - **Obrigações Legais:** Quando exigido por lei, regulamento ou ordem judicial.
 - **Parceiros de Projeto:** No âmbito de projetos cofinanciados, os dados podem ser partilhados com entidades financiadoras ou parceiros, sempre com o consentimento do titular ou com base em obrigação legal ou contratual.
 - **Transferências Internacionais:** O Instituto não prevê transferências de dados para fora do Espaço Económico Europeu (EEE). Caso tal venha a ser necessário, serão adotadas as garantias adequadas previstas no RGPD.
-

8. CONSERVAÇÃO DE DADOS

Os dados pessoais são conservados apenas durante o período necessário para as finalidades para as quais foram recolhidos, ou pelo período exigido por lei.

Prazos de Conservação Indicativos:

- **Associados:** Durante a vigência da relação associativa e até 5 anos após a cessação, para efeitos de prestação de contas e cumprimento de obrigações legais.
- **Colaboradores e Voluntários:** Durante a vigência da relação e até 5 anos após o seu termo.

- **Beneficiários:** Durante a execução do projeto e até 5 anos após a sua conclusão, para efeitos de reporte e auditoria.
- **Dados Contabilísticos e Fiscais:** 10 anos, conforme exigido pela legislação fiscal portuguesa.

Após o termo dos prazos de conservação, os dados serão apagados ou anonimizados de forma segura.

9. DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS

Nos termos do RGPD, os titulares dos dados têm os seguintes direitos:

9.1. Direito de Acesso (Artigo 15.º)

O titular tem o direito de obter confirmação sobre se os seus dados pessoais estão a ser tratados e, em caso afirmativo, de aceder aos mesmos e a informações sobre o tratamento.

9.2. Direito de Retificação (Artigo 16.º)

O titular tem o direito de solicitar a retificação de dados pessoais inexatos ou a completar dados incompletos.

9.3. Direito ao Apagamento ("Direito a Ser Esquecido") (Artigo 17.º)

O titular tem o direito de solicitar o apagamento dos seus dados pessoais, nas circunstâncias previstas no RGPD.

9.4. Direito à Limitação do Tratamento (Artigo 18.º)

O titular tem o direito de solicitar a limitação do tratamento dos seus dados em determinadas circunstâncias.

9.5. Direito à Portabilidade dos Dados (Artigo 20.º)

O titular tem o direito de receber os dados pessoais que lhe digam respeito num formato estruturado, de uso corrente e de leitura automática, e de transmitir esses

dados a outro responsável.

9.6. Direito de Oposição (Artigo 21.º)

O titular tem o direito de se opor, a qualquer momento, ao tratamento dos seus dados pessoais com base em interesses legítimos.

9.7. Direito de Retirar o Consentimento (Artigo 7.º, n.º 3)

Quando o tratamento se baseia no consentimento, o titular tem o direito de retirar o consentimento a qualquer momento, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado.

9.8. Direito de Apresentar Reclamação

O titular tem o direito de apresentar reclamação junto da **Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD)** caso considere que os seus direitos foram violados.

Como Exercer os Seus Direitos:

Para exercer qualquer um destes direitos, o titular deve enviar um pedido por escrito para:

- **Email:** privacidade@bureausocial.pt
- **Correio:** Rua do Salvador, 20, 1.º A, 1100-383 Lisboa, Portugal

O Instituto responderá ao pedido no prazo de **1 mês**, prorrogável por mais 2 meses em casos de particular complexidade.

10. MEDIDAS DE SEGURANÇA

O Instituto implementa medidas técnicas e organizativas adequadas para proteger os dados pessoais contra o acesso não autorizado, a perda, a destruição ou a alteração accidental ou ilícita.

Medidas Implementadas:

- Controlo de acesso físico e lógico aos sistemas de informação

- Encriptação de dados sensíveis
 - Backups regulares e seguros
 - Formação dos colaboradores e voluntários em matéria de proteção de dados
 - Contratos de confidencialidade com prestadores de serviços
 - Procedimentos de resposta a incidentes de segurança
-

11. VIOLAÇÕES DE DADOS PESSOAIS

Em caso de violação de dados pessoais suscetível de resultar num risco para os direitos e liberdades dos titulares, o Instituto notificará a CNPD no prazo de **72 horas** após ter tomado conhecimento da violação.

Se a violação for suscetível de resultar num risco elevado, o Instituto comunicará também a violação aos titulares dos dados afetados, sem demora injustificada.

12. COOKIES E TECNOLOGIAS SEMELHANTES

O website do Instituto pode utilizar cookies e tecnologias semelhantes para melhorar a experiência do utilizador e para fins analíticos.

O utilizador pode gerir as suas preferências de cookies através das definições do seu navegador. Para mais informações, consulte a nossa **Política de Cookies** (a ser disponibilizada no website).

13. ALTERAÇÕES A ESTA POLÍTICA

Esta Política de Proteção de Dados pode ser revista e atualizada periodicamente para refletir alterações na legislação ou nas práticas do Instituto.

A versão mais recente estará sempre disponível no website do Instituto. Recomendamos que consulte regularmente esta política.

Data da última atualização: Outubro de 2025

14. CONTACTOS

Para qualquer questão relacionada com a proteção de dados pessoais, pode contactar-nos através de:

- **Email:** privacidade@bureausocial.pt
- **Correio:** Rua do Salvador, 20, 1.º A, 1100-383 Lisboa, Portugal
- **Telefone:** +351 [Número Fictício]

Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd):

- **Website:** www.cnpd.pt
- **Email:** geral@cnpd.pt
- **Telefone:** +351 213 928 400

Aprovado pela Direção em [Data]

O Presidente da Direção,

(António)